

Forte chuva alaga vias e provoca queda de árvores em São Paulo

A forte chuva registrada ontem (20) na capital paulista e na região metropolitana resultou em alagamentos e queda de árvores, assim como ocorreu na quarta (19).

No fim da tarde desta quinta (20), a rodovia Régis Bittencourt, na região de Embu das Artes, ficou interditada por quase meia hora.

Segundo a Arteris, que administra a rodovia, todas as pistas ficaram completamente tomadas pela água na altura do km 277, sentido Curitiba (PR), provocando cerca de quatro quilômetros de congestionamento.

Ainda na região de Embu das Artes, na altura do km 283, sentido capital, uma das faixas ficou alagada, também

por cerca de meia hora. Isso provocou lentidão de quatro quilômetros.

O trânsito voltou a fluir nos trechos, ainda segundo a concessionária, por volta das 17h.

Em Osasco, a rua Joaquim Matos ficou alagada e pessoas ficaram presas em um veículo, segundo os bombeiros, que não confirmaram o número total de indivíduos ilhados. Outros pontos do município também registraram alagamentos.

Na capital, até as 16h45 desta quinta, houve 40 quedas de árvores. Também foi registrado um desmoronamento pela corporação, no Itaim Bibi (zona oeste), sem vítimas

As vias da cidade acumularam 15 pontos de alagamento, segundo o Centro

de Gerenciamento de Emergências (CGE), da prefeitura. Neste início de noite, nove seguiam ativos, dos quais cinco eram intransitáveis em Pinheiros, na zona oeste, e na Mooca e Penha, na zona leste.

A força da chuva desta tarde também fez com que os bombeiros interrompessem as buscas pelo corpo de um homem de 55 anos, que desapareceu na tarde de quarta-feira (19), após parte de sua casa ruir por causa da forte precipitação em Perus, na zona norte de São Paulo. Ele foi arrastado pela enxurrada.

Na quarta, a chuva já havia impactado a rotina de moradores da cidade. Na Vila Leopoldina, na zona oeste, a energia elétrica ficou sem ser distribuída por mais de 15 horas.

Alfredo Henrique/Folhapress



Economia



Varejo vê instabilidade econômica como maior ameaça em 2022, diz PwC

Página - 03

Reservas internacionais do Brasil crescem com FMI e vendas menores de dólares em 2021

Página - 03



Google contrata ex-PayPal para entrar no setor de criptomoedas

Página - 05

Apenas 1% dos municípios do país estão prontos para receber o 5G

Página - 05



Política

Governo prepara PEC para atropelar lei e baixar gasolina e luz em ano eleitoral

Página - 04

Bolsonaro diz que reajuste a policiais em 2022 está suspenso

Página - 04

No Mundo

EUA e Europa incentivam teste constante para Covid, enquanto Brasil sofre com escassez



A variante ômicron causou uma explosão de casos de Covid no Brasil. Junto ao recorde de infecções, atingido na terça (18), e um novo recorde, na quarta (19), o país continua patinando na testagem da sua população.

Desde o início da pandemia, a testagem constante foi apontada como uma possibilidade de controle ou, no mínimo, amenização da disseminação da Covid.

“O meio mais eficaz de prevenir infecções e salvar vidas é quebrar as cadeias de transmissão. Para isso, você precisa testar e isolar. Vendado, você não pode comba-

ter um incêndio. E nós não conseguiremos parar essa pandemia se não soubermos quem está infectado”, disse o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, em 16 de março de 2020, ainda no início da crise sanitária. “Nós temos uma mensagem simples para os países: testar, testar, testar. Teste todo caso suspeito.”

De início, a testagem, essencialmente através de exames RT-PCR, foi um problema mundo afora. Mas, com o tempo, as capacidades acabaram expandidas e novas opções com resultados mais rápidos para detecção, como os exames de antíge-

no, tornaram-se disponíveis.

Uma outra evolução nas formas de testagem foram os autotestes. O FDA (agência americana de regulamentação de drogas e alimentos) já liberava os testes para serem feitos em casa em novembro de 2020. Nos primeiros meses de 2021, alguns países europeus também já começavam a usar essa opção e, em março, o ECDC (Centro Europeu para o Controle e a Prevenção de Doenças, na sigla em inglês) já produzia um documento apontando os impactos —possíveis benefícios e problemas— de autotestes na pandemia.

Phillipe Watanabe/Folhapress

Rússia anuncia exercícios da Marinha junto de China e Irã em meio à crise na Ucrânia



A Rússia anunciou, nesta quinta-feira (20), que fará exercícios com sua Marinha em janeiro e fevereiro nos oceanos Atlântico, Ártico e Pacífico, além do Mar Mediterrâneo, em meio ao aumento das tensões com países do Ocidente e um temor de uma invasão à Ucrânia.

Segundo o governo russo, a operação contará com mais de 140 navios de guerra e de apoio, além de 60 aviões. Ao todo, 10.000 militares farão parte das ações. Esses exercícios vão ocorrer em “águas e mares adjacentes ao território russo” e em “zonas de importância operacional nos ocea-

Mulheres afegãs perdem empregos com crise econômica e menos direitos

Em pequena oficina de costura em Cabul, a empresária afegã Sohaila Noori, 29 anos, observa sua força de trabalho drasticamente reduzida, de cerca de 30 mulheres costurando lenços, vestidos e roupas de bebê.

Alguns meses atrás, antes de o movimento islâmico linha-dura Taliban retomar o poder, em agosto, ela empregava mais de 80 pessoas, a maioria mulheres, em três diferentes oficinas têxteis.

“No passado, tínhamos muito trabalho a fazer”, disse Noori, que está determinada a manter seu negócio funcionando para empregar o máximo de mulheres possível.

“Tínhamos diferentes tipos de contratos, podíamos pagar facilmente um salário

aos nossos mestres alfaiates e a outros trabalhadores, mas atualmente não temos contratos.”

Com a economia do Afeganistão em profunda crise — bilhões de dólares em ajuda e reservas foram cortados, e a população comum têm pouco dinheiro até mesmo para o básico — empresas como a de Noori estão lutando para se manter de pé.

Para piorar a situação, o Talibã só permite que mulheres trabalhem sujeitas à sua interpretação da lei islâmica, levando algumas a deixar os empregos por medo de punição, uma vez que o grupo restringiu severamente a liberdade feminina quando governou pela primeira vez o país.

Reuters/ABR



nos do mundo”, justificou o Ministério da Defesa.

“O principal objetivo é colocar em prática o envio de forças navais, aéreas e espaciais para proteger os interesses nacionais russos nos oceanos do mundo, além de combater as ameaças militares à Rússia nos mares e oceanos”, disse o Kremlin.

Moscou planeja ainda realizar manobras navais em conjunto com o Irã e a China, dois dos maiores adversários dos Estados Unidos hoje.

“Melhorar a capacidade de combate e a prontidão, fortalecer os laços militares entre a Marinha iraniana e a China e a Rússia, garantir a

segurança comum e combater o terrorismo marítimo estão entre os principais objetivos desses exercícios”, disse o presidente do Irã, Ebrahim Raisi, em visita a Moscou.

A crise com a Ucrânia começou após a Rússia enviar 100 mil soldados à fronteira com o país, no que países ocidentais afirmam que é uma ameaça de invasão, que pode se concretizar nas próximas semanas. Moscou nega invadir o vizinho, mas tem usado a ameaça como uma carta para tentar impedir o avanço da Otan, aliança militar de países ocidentais, pela região, travando a adesão da Ucrânia ao grupo.

Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Varejo vê instabilidade econômica como maior ameaça em 2022, diz PwC



Levantamento da consultoria PwC com executivos brasileiros do varejo indica que 66% deles vê a instabilidade macroeconômica do país como principal ameaça para suas empresas em 2022. Entre os executivos de todos os setores, a preocupação com a economia no ano eleitoral também é a principal (69%).

Para os executivos do setor, a instabilidade da economia poderá diminuir a capacidade da empresa de vender (81%) e desenvolver produtos (42%), além de dificultar a busca por levantar capital (39%), atrair e reter talentos (39%) e inovar (39%).

Os riscos cibernéticos são a segunda maior ameaça aos negócios segundo os empre-

sários da indústria de consumo ouvidos (47%), seguidos pelas mudanças climáticas (39%), desigualdade social (34%), riscos a saúde (26%) e conflitos geopolíticos (16%).

A 25ª edição da pesquisa CEO Survey ouviu 4.446 executivos, dos quais 154 são brasileiros e 38 do setor de varejo, entre outubro e novembro. Cerca de 66% das organizações representadas são de capital fechado e a maioria (56%) tem receita maior que US\$ 100 milhões.

Apesar do temor com a instabilidade do país em 2022, 63% dos executivos do varejo afirmaram esperar aceleração no crescimento do país neste ano, ante 11% que esperam estabilidade no crescimento e 26% que ante-

cipam cenário de desaceleração da economia.

Cerca de 68% dos respondentes também declararam-se “extremamente ou muito confiantes” de que sua receita aumentará nos próximos 12 meses, e 74% de que o mesmo acontecerá nos próximos três anos.

Para Carlos Coutinho, sócio da PwC, a perspectiva positiva é reflexo do aprendizado acumulado nos dois primeiros anos de pandemia. “Agora, olham para trás e veem que o crescimento econômico em 2021 foi aquém do esperado, mas as empresas estão mais preparadas para enfrentar a crise, e o cenário [da pandemia] é outro, com a vacinação”, afirma.

Suzana Petropoulos/Folhapress

2022 inicia com maior volume nos reservatórios e menor carga energética

Dados do Operador Nacional do Sistema elétrico (ONS) mostram um cenário hídrico otimista nos primeiros meses deste ano para os reservatórios do país. Segundo o último boletim de operação do ONS, a previsão é que até o fim deste mês de janeiro, o subsistema Sudeste/Centro-oeste, responsável por 70% das hidrelétricas do país, deve ter 41,4% de volumes nos reservatórios. No mesmo período de 2021, esse subsistema estava com 24,4% de armazenamento.

Nesta quarta-feira (19), os reservatórios do SE/CO estavam com 37,84% de volume hídrico, um crescimento significativo na comparação com vinte dias atrás, no fim de dezembro, quando esse valor era de 25%.

O professor e pesquisa-

dor do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE-UFRJ), Marcos Freitas, explica que no último mês o volume de chuvas foi maior que o esperado, o que supriu a demanda dos reservatórios deixada pela crise hídrica do ano passado.

“As chuvas já são esperadas nessa época do ano, mas o que estamos vivendo agora é um evento extremo, nesse caso de mais chuva. Do ponto de vista elétrico, isso é muito bom, porque eleva o nível dos reservatórios. O problema é que a gente não sabe onde vai chover mais ou menos, então do ponto de vista de gestão, acho que precisávamos de mais reservatórios, porque precisamos guardar mais água.”, aponta.

Elis Barreto/CNN



Reservas internacionais do Brasil crescem com FMI e vendas menores de dólares em 2021



O ano de 2021 foi de recomposição das reservas internacionais do Brasil, que atingiram US\$ 362 bilhões, maior patamar em três anos, segundo dados do Banco Central.

As intervenções no câmbio por meio da venda de dólares foram as menores nesse mesmo período (US\$ 12 bilhões), cerca de metade do verificado em 2020 e de um terço do realizado em 2019.

Por outro lado, a instituição manteve a forte atuação no mercado de contratos de câmbio, elevando o estoque dos chamados “swaps cambiais”, que oferecem proteção contra a variação do dólar, para US\$ 80 bilhões, maior valor em seis anos.

Um reforço para as reservas no ano passado veio em

23 de agosto de 2021, quando o FMI fez uma alocação de US\$ 15 bilhões ao Brasil, parte da distribuição de DES (Direitos Especiais de Saque) aos países-membros. Esse dinheiro fica registrado nas reservas e também na dívida externa. Caso o país utilize os recursos, paga juros.

O saldo também foi afetado pelo retorno de empréstimos e itens como variação das aplicações.

O BC também utiliza o conceito de posição cambial para medir seu poder de atuação. O valor das reservas, descontados os contratos de swap e outros ativos e passivos em moeda estrategista, terminou o ano em US\$ 264 bilhões, menor desde 2015 e 25% abaixo do pico de 2017.

O ano passado foi marcado por uma desvalorização

de 7,4% do dólar comercial, que terminou 2021 a R\$ 5,58 (taxa Ptax do BC).

A entrada de dólares no país superou a saída em US\$ 6 bilhões. Ou seja, não houve fuga de recursos como em anos anteriores. Esse é um dos fatores que explicam a atuação mais concentrada do BC em contratos de câmbio e menor no mercado à vista.

Maurício Andrade Weiss, professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFRGS (Universidade Federal do RS) e autor de artigos sobre o tema, lembra que o mercado futuro tem volume superior ao dos negócios à vista no país. Por isso, mesmo com um fluxo positivo de recursos em 2021, houve depreciação da taxa de câmbio.

Eduardo Cucolo/Folhapress

Política

Governo prepara PEC para atropelar lei e baixar gasolina e luz em ano eleitoral



O governo Jair Bolsonaro (PL) prepara uma PEC para autorizar a redução de tributos sobre combustíveis e energia elétrica, uma tentativa de dar alívio ao bolso dos consumidores em ano eleitoral.

A escolha da PEC como instrumento é uma maneira de passar por cima das restrições impostas pela LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), que exige nesses casos a elevação de outro tributo para compensar a perda de arrecadação.

Caso o governo decidisse zerar alíquotas de PIS/Cofins sobre gasolina, diesel e etanol, por exemplo, o impacto na arrecadação seria da ordem de R\$ 50 bilhões ao ano, segundo fontes do governo informaram

ao jornal Folha de S.Paulo. Sob as regras atuais, o governo teria de elevar outros tributos para compensar a perda de receitas.

Em 2018, no governo Michel Temer (MDB), e em março e abril de 2021, já na atual gestão, medidas de redução da carga tributária sobre o diesel foram acompanhadas por elevação de tributos para outros setores.

As medidas para reduzir a tributação sobre combustíveis têm sido discutidas entre Bolsonaro e auxiliares no Palácio do Planalto. O plano foi divulgado pelo jornal O Globo. No início desta semana, o tema também foi debatido por Bolsonaro em uma reunião com os ministros Bento Albuquerque (Minas e Energia), Rogério Marinho

(Desenvolvimento Regional) e Bruno Bianco (Advocacia-Geral da União).

Interlocutores do Ministério da Economia afirmam não terem sido envolvidos nas negociações. Oficialmente, a pasta comandada por Paulo Guedes disse que não irá se manifestar sobre o assunto neste momento.

O aumento do preço dos combustíveis tem incomodado o presidente e integrantes do Congresso Nacional. Dentro do governo, o tema é tratado não só como algo setorial mas também econômico, fiscal e social.

No ano passado, a gasolina acumulou alta de 47,49%, enquanto o etanol subiu 62,23%, de acordo com o IBGE.

Idiana Tomazeli/Folhapress

Bolsonaro diz que reajuste a policiais em 2022 está suspenso

O presidente Jair Bolsonaro afirmou nesta quarta-feira (19) que o reajuste prometido pelo governo às polícias federais em 2022 está suspenso, e que os servidores, atualmente com os salários congelados, podem ser contemplados com um reajuste no Orçamento de 2023.

“Há uma grita de maneira geral, porque a intenção geral foi essa, sim, reservar um reajuste para os policiais federais, os policiais rodoviários federais e o Depen, o Departamento Penitenciário, mas isso aí está suspenso. Estamos aguardando o desenlace das ações”, disse o presidente, que falou em entrevista à rádio Jovem Pan.

No Orçamento para 2022, aprovado no final do ano passado pelo Congresso, foi incluída na versão final uma reserva de recursos na ordem

de R\$ 2 bilhões para aumento a servidores.

A verba não é carimbada a nenhuma categoria em específico, mas sempre foi pública a promessa pessoal de Bolsonaro de destiná-la a reajustes para as polícias federais. O reajuste seletivo acabou levando a uma série de protestos de outras categorias de servidores por correção de seus salários também.

O presidente tem até a sexta-feira (20) para sancionar o Orçamento aprovado pelo Congresso, podendo ou não vetar trechos.

“A gente pode fazer justiça com três categorias; não vai fazer justiça com as demais, sei disso. Mas fica a aquela velha pergunta a todos: vamos salvar três categorias ou vai todo mundo sofrer no corrente ano?”, acrescentou Bolsonaro durante a entrevista.

Juliana Elias/CNN



Lira diz ao STF que ação contra fundo eleitoral criminaliza política



O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), disse ao STF que a ação do partido Novo que questiona o valor do fundo público eleitoral segue tendência de criminalização da política e instrumentalização do Judiciário.

A manifestação de Lira foi assinada nesta quarta (19) e juntada ao processo no qual o Novo pede a derrubada do trecho da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) que permite que o fundo eleitoral chegue a R\$ 5,7 bilhões em 2022.

O partido sustenta que houve definição arbitrária do valor pelo Legislativo. A

LDO foi aprovada com esse montante e, então, vetada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL). Em seguida, o Congresso derrubou o veto.

Mais tarde, deputados e senadores aprovaram o Orçamento de 2022 com redução da quantia para R\$ 4,9 bilhões, mas integrantes do governo Jair Bolsonaro (PL) avaliam elevar novamente para R\$ 5,7 bilhões.

O fundo eleitoral será distribuído aos partidos para financiar as candidaturas deste ano.

No documento enviado ao ministro André Mendonça, relator da ação no STF, o presidente da Câmara afirma que o método de cálculo do fundo

eleitoral “é completamente condizente com o poder de emendamento parlamentar”.

“É necessário que fique claro que o Poder Legislativo, na condição de representante da vontade popular, dimensionou as necessidades de financiamento para a campanha eleitoral das eleições gerais de 2022”, diz Lira, no documento.

“Para se impugnar tal deliberação -que goza de presunção de legitimidade-, não basta a retórica de uma minoria parlamentar irredutível; é preciso argumento técnico idôneo e inquestionável, o que claramente não logrou fazer o requerente [o Novo]”, acrescentou. José Marques/Folhapress

Apenas 1% dos municípios do país estão prontos para receber o 5G



Apenas 1% dos 5.568 municípios do Brasil possuem leis aprovadas por suas câmaras municipais para viabilizar a implementação da tecnologia 5G. Além disso, somente sete das 27 capitais do país estão com a legislação atualizada e, portanto, prontas para receberem a nova tecnologia de rede móvel.

O prazo estipulado no edital do leilão do Ministério das Comunicações e da Anatel, realizado em novembro do ano passado, é para que até o dia 31 de julho todas as capitais já estejam prontas para receber a tecnologia.

Até o momento, as capitais que já poderiam instalar a nova tecnologia são Brasília, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Palmas, Porto Alegre

e Rio de Janeiro. Há ainda as situações de São Paulo e Vitória, onde as leis foram aprovadas, mas ainda aguardam sanção.

O cronograma inicial, estabelecido pela Anatel também prevê que, além das capitais, as cidades tenham cronogramas diferentes para adequação.

As que tem entre 200 e 500 mil habitantes precisam se adaptar até 2026. As que possuem entre 100 mil e 200 mil, até 2026. E as menores, de até 100 mil habitantes, poderiam fazer ajustes até 2027.

Para que as novas redes sejam implementadas é preciso modernizar e atualizar as leis municipais de antenas. Segundo a Associação Brasileira de Infraestrutura para Telecomunicações (Abrin-

tel), “a depender da aplicação do 5G, a nova tecnologia pode requerer de cinco a dez vezes mais antenas de transmissão do que o 4G, o que precisa ser viabilizado pela atualização de algumas leis”.

Para Luciano Stutz, presidente da Abrintel e do Movimento Antene-se, as capitais que saíram na frente estão prontas para receber todas as etapas de implementação da tecnologia.

“As sete capitais que já aprovaram novas leis de uso e ocupação de solo para infraestrutura para telecomunicações já se prepararam para as três fases de implantação do 5G nas capitais, previstas para 2022, 2023 e 2024, cada ano com mais densidade de antenas por habitantes”, disse.

Luri Corsini/CNN

Bolsonaro é incapaz de pôr Brasil no centro das tecnologias sustentáveis, diz Di Grassi



Há 12 anos, Lucas Di Grassi, 36, migrou da F1 para a FE, deixando para trás a categoria de carros movidos com motores a combustão para ser um dos idealizadores do campeonato de veículos elétricos, criado em 2014. De lá para cá, o piloto passou a ser umas das principais vozes no automobilismo mundial em defesa de soluções de mobilidade urbana com fontes de energia renováveis.

Campeão na temporada 2016/17 e prestes a iniciar no dia 28 deste mês seu oitavo ano consecutivo na FE, o paulista acredita que o Brasil esteja atrasado no processo de transição de tecnologia pelo qual passa toda a indústria automotiva.

Nesta entrevista à reportagem, Lucas diz que o “go-

verno Bolsonaro é incapaz de realizar movimentos tecnológicos que fariam o Brasil ser o centro do mundo em tecnologias relacionadas à sustentabilidade”, mas também culpa os presidentes anteriores. “Nem o Fernando Henrique, nem o Lula, nem ninguém em toda a nossa vida democrática colocou o país numa rota de tecnologia adequada.”

Embaixador do Programa da ONU (Organização das Nações Unidas) Para o Meio Ambiente, o piloto conta ainda que teve recentemente um encontro com membros do governo Bolsonaro para apresentar algumas de suas ideias, mas não “avançou para nada concreto”.

Entre os presidenciais atuais, diz gostar das propostas de Luiz Felipe d’Avila, do

partido Novo, e também não descarta entrar para a política. “Não interessa o governo, interessa que a gente acelere o Brasil.”

Esse processo é rápido porque na FE os carros são muito parecidos. Eu mudei do trem de força da Audi para o da Mercedes [utilizado pela Venturi]. Isso é uma diferença grande, mas, como os dois são competitivos, a eficiência do carro é parecida. O que muda é como os controles são feitos, como a estratégia de uso de energia é feita. Então, o processo de adaptação é mais com a equipe, entender como o engenheiro pensa.

Tem a falta de estrutura, a falta de um carro elétrico popular, não ter tido uma corrida de FE no Brasil.

Luciano Trindade/Folhapress

Google contrata ex-PayPal para entrar no setor de criptomoedas

Alphabet, dona do Google e de outros empreendimentos paralelos, anunciou a contratação de um executivo que trabalhou na empresa de pagamentos PayPal para chefiar a divisão de serviços financeiros da companhia.

Arnold Goldberg vai chefiar a divisão que lida com serviços como a carteira virtual da companhia e o Google Pay, além de “esforços de mercados emergentes”. Ele participou, entre outros projetos, da implementação do bitcoin como moeda aceita no PayPal, em uma medida anunciada no final de 2020.

Entretanto, essa não é apenas uma contratação qualquer: o novo executivo deve também ser responsável por aproximar a gigante de um

setor que ela até o momento evitava.

O papel de Goldberg deve envolver a implementação de mecanismos de armazenamento e transações de ativos como o bitcoin. “Criptomoeda é algo que prestamos muita atenção. Na medida em que a demanda dos usuários e do mercado evoluem, nós evoluímos com ela”, explica à Bloomberg o presidente da divisão comercial da empresa Bill Ready, ele também um ex-funcionário do PayPal.

O objetivo da empresa é transformar a carteira digital existente em algo mais global, incluindo bilhetes de entrada, passagens e avião e até certificados de vacinação — uma medida já parcialmente implementada também pela Apple.

TecMundo



Meio Ambiente

ESG não é política nem agenda social, é capitalismo, diz CEO da BlackRock



O CEO da BlackRock, maior gestora do mundo com 9,5 trilhões de dólares sob gestão, Larry Fink, escreve anualmente uma carta endereçada a investidores e empresas investidas. Há quase uma década, o tema tem sido o mesmo: o capitalismo de stakeholder. Fink é um dos maiores incentivadores da mudança de foco das empresas, do lucro a qualquer custo para a geração de valor a todas as partes interessadas (stakeholders).

Na terça-feira, 18, ele deixou claro que sua luta não é apenas por mais ética nos negócios. É por resultados. “O capitalismo de stakeholder não se trata de política. Não é uma agenda social ou

ideológica. Não é “justiça social”. É capitalismo, conduzido por relacionamentos mutuamente benéficos entre você e os funcionários, clientes, fornecedores e comunidades nos quais sua empresa depende para prosperar. Esse é o poder do capitalismo”.

Essa tem sido a visão de muitos entusiastas desse novo capitalismo, também chamado de “consciente”. Seus defensores afirmam que, ao deixar de se preocupar apenas com o lucro, as empresas se voltam para a qualidade dos serviços e produtos que oferecem, abordam externalidades e mitigam riscos, o que, na prática, conduz a maiores retornos. Ou seja, não pensar no lucro traz mais lucro.

Fink justifica essa visão:

“No mundo globalmente interconectado de hoje, uma empresa deve criar valor e ser valorizada por sua gama completa de stakeholders, a fim de oferecer valor de longo prazo para seus acionistas”, afirma. “É por meio de um capitalismo de stakeholders eficaz que o capital é alocado de maneira eficiente, as empresas obtêm lucratividade duradoura e o valor é criado e mantido em longo prazo.”

O lucro, para o CEO, ainda está no centro das decisões do mercado. “Não se engane, a busca justa pelo lucro ainda é o que anima os mercados; e a rentabilidade de longo prazo é a medida pela qual os mercados determinarão o sucesso da sua empresa no fim das contas”, diz ele.

Exame

Amazon e BovControl se juntam para sequestrar carbono

Em 2020, a gigante de tecnologia Amazon anunciou ao mundo a criação do The Climate Pledge Fund, um fundo de corporate venture capital de US\$ 2 bilhões focado em investir em iniciativas voltadas à descarbonização. Desde então, a companhia pôs dinheiro em empresas como Rivian, de carros elétricos, Beta Technologies, de eVTOL, Carboncure Technologies, de concreto de carbono, entre outras.

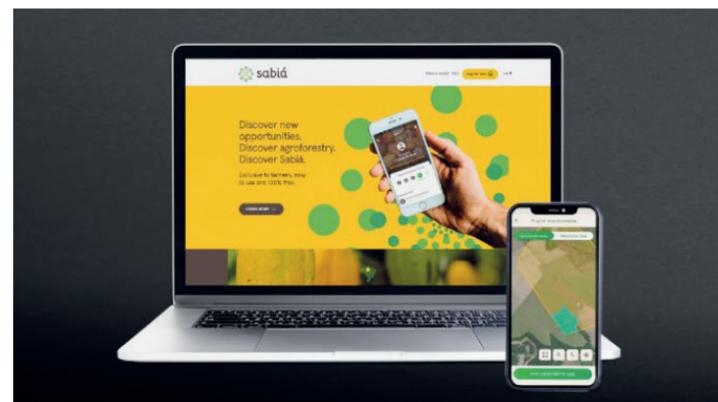
Sem fazer alarde, o fundo da Amazon mostrou outra faceta. Em vez de entrar em uma startup, lançou oficialmente um negócio próprio com a meta de acelerar o reflorestamento, principalmente na Amazônia, e se tornar um dos maiores players de crédito de carbono do mundo. O nome do projeto é de fácil pronúncia

aos brasileiros: Sabiá.

Toda a tecnologia que roda esse sistema é de uma startup com bases nos Estados Unidos, mas fundada no Brasil e liderada por um brasileiro. Trata-se da BovControl, de Danilo Leão. “Desenvolvemos a quatro mãos o que a Amazon está chamando de o maior framework de sequestro de carbono da Terra”, diz Leão, fundador e CEO da startup BovControl.

Cada produtor rural poderá se cadastrar no site e, a partir do cadastro, uma análise será feita para ver se ele se enquadra no perfil. Ao ser aceito no programa, ele recebe um link para baixar o aplicativo e se conectar nesse ecossistema, que contará com treinamento, financiamento para a compra de insumos e comercialização de crédito de carbono.

Neofeed



Por que Bradesco e Itaú participam de aliança global de descarbonização



Bradesco e Itaú, os dois maiores bancos brasileiros de varejo, divulgarão, a partir deste ano, um relatório com as ações em curso para atingir a neutralidade em carbono. O documento deverá conter dados sobre o progresso da descarbonização, metas de curto, médio e longo prazos e permitir a verificação das informações por terceiros.

Esse é um passo importante do setor financeiro para a descarbonização da economia. Com os compromissos firmados, os grandes bancos colocam a própria reputação em risco, caso não cumpram com o combinado – e no mercado financeiro, reputação é quase tudo. Mas, por que entrar para a aliança neste momento?

Para o Itaú, a questão está no engajamento dos clientes. “Só seremos carbono zero se os nossos clientes também forem”, afirma Luciana Nicola, diretora de relações institucionais e sustentabilidade do banco. “Precisamos ser propositivos.” A instituição financeira lançou, em 2019, um conjunto de oito compromissos de impacto. Além da descarbonização, há também a meta de alocar 400 bilhões de reais para setores de impacto positivo.

Nicola afirma que mais da metade das emissões de escopo 3 do banco estão concentradas em 35 grandes grupos econômicos, sendo que 25 deles já possuem compromissos assumidos e menos de 5 não possuem compromisso algum.

No Bradesco, que foi o primeiro a aderir à Net-Zero Banking Alliance, a motivação é parecida. Segundo Marcelo Pasquini, líder de sustentabilidade do banco, o intuito por trás da iniciativa é auxiliar os clientes a fazer a transição. “Não vamos atingir o objetivo, que é comum a todos, excluindo empresas”, diz Pasquini.

Os dois bancos precisam divulgar metas para os setores mais intensivos em carbono até o final deste ano. Até 2025, as metas para todos os setores devem estar publicadas. O Santander também aderiu à iniciativa, mas globalmente. Ou seja, provavelmente, irá faltar crédito para quem, pelo menos, não começar a se adequar aos novos tempos.

Exame

Positif Empreendimentos e Participações Imobiliárias S.A.

(em fase de organização)

Ata de Assembleia Geral de Constituição

1. **Data, hora e local:** Ao 25º dia do mês de agosto de 2021, às 14:00 horas, na sede da Companhia, Rua Fernando de Albuquerque, nº 31 – Conjunto 72 – Consolação, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 01309-030. 2. **Presença:** A totalidade dos subscritores do capital social inicial da Companhia em organização, devidamente qualificados nos Boletins de Subscrição, que constituem o anexo nº 01 desta Assembleia de Constituição, a saber, Marcelo Duarte e Natali Oliveira Duarte. 3. **Mesa:** Presidente: Marcelo Duarte; Secretária: Natali Oliveira Duarte. 4. **Convocação:** Dispensada a convocação prévia consoante ao disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. 5. **Deliberações:** 5.1. Aprovar a constituição de uma sociedade anônima sob a denominação de **Positif Empreendimentos e Participações Imobiliárias S.A.**, com sede e foro na Rua Fernando de Albuquerque, nº 31 – conj. 72 – Consolação, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 01309-030. 5.2. Aprovar o capital social inicial de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), representado por 1.800 (um mil e oitocentos) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas neste ato. O Capital está integralizado em 10% (dez por cento), tendo sido constatada a realização de dinheiro de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais) depositados em conta vinculada no Banco do Brasil S/A., nos termos dos artigos 80, III e 81 da Lei nº 6404/76, tudo de acordo com os Boletins de Subscrição que constitui o anexo nº 01 desta Assembleia de Constituição. 5.3. Aprovar o projeto de Estatuto Social da Companhia, cuja redação consolidada constitui o anexo nº 02 anexo desta Assembleia de Constituição, dando-se assim por efetivamente constituída a **Positif Empreendimentos e Participações Imobiliárias S.A.**, em razão do cumprimento de todas as formalidades legais. 5.4. Eleger o Sr. **Marcelo Duarte**, brasileiro, casado, empresário, titular da carteira de identidade RG nº 06.584.368-2 IFRJ/RJ e CPF/MF nº 688.187.187-20, residente à Rua Frei Caneca, 1114-AP.71, CEP 01307-002, Consolação, na Cidade e Estado de São Paulo, para o cargo de Diretor Presidente e a Sra. **Natali Oliveira Duarte**, brasileira, solteira, empresária, titular da carteira de identidade RG nº 35.448.840-5 SSP/SP e do CPF/MF nº 362.364.308-45, com endereço residencial à Rua Frei Caneca, 1114-AP.71, CEP 01307-002, Consolação, na Cidade e Estado de São Paulo, para o cargo de Diretor sem designação específica, ambos com mandato de 2 (dois) anos, os quais declaram não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividade mercantil, e ato contínuo tomaram posse mediante termo lavrado e arquivado na sede da Companhia. 5.5. Fixar a remuneração global anual dos membros da Diretoria em até **R\$ 6.500,00** (seis mil e quinhentos reais). 5.6. Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia na forma sumária, nos termos do artigo 130, do parágrafo 1º da Lei 6404/76. 6. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia, que foi aprovada pela unanimidade dos subscritores da Companhia. 7. **Acionistas:** Marcelo Duarte e Natali Oliveira Duarte. Confere com o original lavrado em livro próprio. São Paulo, 25 de agosto de 2021. Marcelo Duarte – Presidente; Natali Oliveira Duarte – Secretária. Visto do Advogado: Antonio Marcos Iaia Jr. – Advogado OAB/SP 274264. **Anexo II: Estatuto Social – Positif Empreendimentos e Participações Imobiliárias S.A. Capítulo I – Da Denominação, Sede, Foro, Prazo de Duração e Objeto. Artigo 1º:** A **Positif Empreendimentos e Participações Imobiliárias S.A.**, é uma sociedade anônima, que se regerá pelas leis e usos do comércio, por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis. **Artigo 2º:** A Companhia tem por objeto (a) empreendimentos imobiliários, administração por conta própria de bens imóveis; (b) a participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista (holding). **Artigo 3º:** A Companhia tem sede e foro na Cidade do São Paulo, Estado do São Paulo, Rua Fernando de Albuquerque, nº 31 – Conjunto 72 – Consolação, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 01309-030, podendo por deliberação da Diretoria, criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior. **Artigo 4º:** A Companhia iniciará suas atividades em 25/08/2021 e seu prazo de duração será indeterminado. **Capítulo II – Do Capital Social e Ações: Artigo 5º:** O Capital Social da Companhia é de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), dividido em 1.800 (um mil e oitocentos) ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal. **§ 1º:** Todas as ações da Companhia serão nominativas, facultada adoção da forma escritural, em conta corrente de depósito mantida em nome de seus titulares, junto à instituição financeira indicada pela Diretoria, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o parágrafo 3º do artigo 35 da Lei 6.404/76. **§ 2º:** A cada ação ordinária corresponde a um voto nas Assembleias Gerais. **§ 3º:** A capitalização de lucros ou de reservas será obrigatoriamente efetivada sem modificação do número de

ações. O grupamento e o desdobramento de ações são também expressamente proibidos, exceto se previamente aprovado em Assembleia Especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. **§ 4º:** Poderão ser emitidas sem direito de preferência para os antigos acionistas, ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição cuja colocação seja feita por uma das formas previstas no artigo 172 da Lei 6.404/76, desde que a eliminação do direito de preferência seja previamente aprovada em Assembleia especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. **§ 5º:** A alteração deste Estatuto Social na parte que regula a diversidade de espécies e/ou classes de ações não requererá a concordância de todos os titulares das ações atingidas, sendo suficiente a aprovação de acionistas que representem a maioria tanto do conjunto das ações com direito a voto, quando de cada espécie ou classe. **§ 6º:** A emissão de debêntures conversíveis, bônus de subscrição, outros títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações e partes beneficiárias, estas conversíveis ou não, bem como a outorga de opção de compra de ações dependerá da prévia aprovação de acionistas representando a maioria das ações de cada espécie ou classe de ações. **Artigo 6º:** Os certificados representativos das ações serão sempre assinados por dois Diretores, ou mandatários com poderes especiais, podendo a Companhia emitir títulos múltiplos ou cautelares. **Parágrafo Único:** Nas substituições de certificados, bem como na expedição de segunda via de certificados de ações nominativas, será cobrada uma taxa relativa aos custos incorridos. **Artigo 7º:** O montante a ser pago pela Companhia a título de reembolso pelas ações detidas por acionistas que tenham exercido direito de retirada, nos casos autorizados por lei, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado de acordo com o procedimento de avaliação aceita pela Lei nº 9.457/97, sempre que tal valor for inferior ao valor patrimonial apurado de acordo com o artigo 45 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 8º:** A Companhia só registrará a transferência de ações se forem observadas as disposições pertinentes do Acordo de Acionistas, desde que esteja arquivado em sua sede. **Capítulo III – Da Administração: Artigo 9º:** A Companhia será administrada por uma Diretoria, composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 3 (três) Diretores, sendo um Diretor – Presidente e os demais Diretores sem designação específica, residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, observado o disposto neste Estatuto. **§ 1º:** O mandato da Diretoria será de 02 (dois) anos, permitida a reeleição, sendo o mandato prorrogado, automaticamente, até a eleição e posse dos respectivos substitutos. **§ 2º:** A investidura dos Diretores far-se-á mediante termo lavrado no livro de “Atas das Reuniões da Diretoria”. Os Diretores reeleitos serão investidos nos seus cargos pela própria Assembleia Geral, dispensadas quaisquer outras formalidades. **§ 3º:** Em caso de vaga, será convocada a Assembleia Geral para eleição do respectivo substituto, que completará o mandato do Diretor substituído, com observância dos direitos de eleição em separado previstos no § 2º do artigo 5º deste Estatuto. **§ 4º:** Em suas ausências ou impedimentos eventuais, os Diretores serão substituídos por quem vierem a indicar. **§ 5º:** Compete a Diretoria conceder licença aos Diretores, sendo que esta não poderá exceder a 30 (trinta) dias, quando remunerada. **§ 6º:** A remuneração dos Diretores será fixada pela Assembleia Geral, em montante global ou individual, ficando os Diretores dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão. **Artigo 10º:** A Diretoria terá plenos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, para a prática de todos os atos e realização de todas as operações que se relacionarem com o objeto social, observado o disposto neste Estatuto. **§ 1º:** Além das demais matérias submetidas a sua apreciação por este Estatuto, compete à Diretoria, reunida em colegiado: a) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; b) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinarem, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos; c) Manifestar-se previamente sobre os relatórios, contas e orçamentos e propostas elaboradas pelos Diretores para apresentação à Assembleia Geral; e d) Distribuir entre os membros da Diretoria, a verba global dos Diretores, fixarem em Assembleia Geral, se for o caso. **§ 2º:** A Diretoria reunir-se-á preferencialmente na Sede Social, sempre que convier aos interesses sociais, por convocação escrita, com indicação circunstanciada da ordem do dia, subscrita pelo Diretor Presidente, com antecedência mínima de 03 (três) dias, exceto se a convocação e/ou o prazo forem renunciados, por escrito, por todos os Diretores. **§ 3º:** A Diretoria somente se reunirá com a presença de, no mínimo, 02 (dois) Diretores, considerando-se presente o Diretor que enviar voto escrito sobre as matérias objeto da ordem do dia. **§ 4º:** As decisões da Diretoria serão tomadas pelo voto favorável da maioria de seus membros presentes à reunião. **§ 5º:** As reuniões da Diretoria serão objeto de atas circunstanciadas, lavradas em livro próprio. **Artigo 11º:** Os Diretores terão a representação ativa e passiva da Companhia, incumbindo-lhes executar e fazer executar, dentro das respectivas atribuições, as deliberações tomadas pela Diretoria e pela Assembleia Geral, nos limites estabelecidos pelo presente Estatuto. **Artigo 12º:** A Companhia somente poderá assumir obrigações, renunciar a direitos, transigir, dar quitação, alienar ou onerar bens do ativo permanente, bem como emitir,

garantir ou endossar cheques ou títulos de crédito, mediante instrumento assinado por um dos Diretores eleitos, isoladamente, ou através de mandato outorgado especialmente para tal, observados quanto à nomeação de mandatários o disposto no parágrafo 1º deste artigo. **§ 1º:** Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia serão sempre assinados por um dos Diretores eleitos, isoladamente, devendo especificar os poderes concedidos e terão prazo certo de duração, limitado há um ano, exceto no caso de mandato judicial, que poderá ser por prazo indeterminado. **§ 2º:** Excepcionalmente, a Companhia poderá ser representada nos atos a que se refere o *Caput* deste artigo mediante a assinatura isolada de um Diretor ou de um mandatário, desde que haja, em cada caso específico, autorização expressa da Diretoria. **Capítulo IV – Assembleia Geral: Artigo 13º:** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses subsequentes ao término do exercício social para fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem. **§ 1º:** A Assembleia Geral poderá ser convocada, na forma da lei, por quaisquer 2 (dois) Diretores e será presidida pelo Diretor Presidente, que designará um ou mais secretários. **§ 2º:** As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, e neste estatuto, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco. **§ 3º:** Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por mandatários nomeados na forma do § 1º do artigo 126 da Lei 6.404/76, devendo os respectivos instrumentos de mandato ser depositados, na sede social, com 03 (três) dias de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Geral. **Capítulo V – Conselho Fiscal: Artigo 14º:** O Conselho Fiscal da Companhia, que não terá caráter permanente, somente será instalado quando por solicitação dos acionistas na forma da Lei, e será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral em que for requerido o seu funcionamento. **§ 1º:** Os membros do Conselho Fiscal, quando em exercício, terão direito a remuneração a ser fixada pela Assembleia Geral que os eleger. **§ 2º:** As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançadas no livro próprio. **Capítulo VI – Exercício Social e Lucros: Artigo 15º:** O exercício social terminará no dia 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil, as demonstrações financeiras previstas em Lei, observadas as normas então vigentes, as quais compreenderão a proposta de destinação do lucro do exercício. **Artigo 16º:** Do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição da reserva legal, a qual não excederá o importe de 20% (vinte por cento) do capital social. Do saldo, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, se existente, 25% (vinte e cinco por cento) serão atribuídos ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório. **§ 1º:** Atribuir-se-á Reserva para Investimentos, que não excederá a 80% (oitenta por cento) do Capital Social subscrito, importância não inferior a 5% (cinco por cento) e não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital, ou a criação de novos empreendimentos. **§ 2º:** O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral. **Artigo 17º:** Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral, e, se não reclamados dentro de 3 (três) anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia. **Artigo 18º:** A Companhia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei. **§ 1º:** Ainda por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser declarados dividendos intermediários, à sua conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço levantado, inclusive à conta da reserva para Investimentos a que a que se refere o § 1º do artigo 16. **§ 2º:** Também, mediante decisão da Assembleia Geral, os dividendos ou dividendos intermediários poderão ser pagos a título de juros sobre o capital social. **§ 3º:** Dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório. **Capítulo VII – Liquidação: Artigo 19º:** A Companhia somente será dissolvida e entrará em liquidação por deliberação da Assembleia Geral ou nos demais casos previstos em lei. **§ 1º:** A Assembleia Geral que deliberar sobre a liquidação caberá nomear o respectivo liquidante e fixar-lhe a remuneração. **§ 2º:** A Assembleia Geral, se assim solicitarem acionistas que representem o número fixado em lei, elegerá o Conselho Fiscal, para o período da liquidação. **Acionistas:** Marcelo Duarte e Natali Oliveira Duarte. Confere com o original lavrado em livro próprio. São Paulo, 25 de agosto de 2021. Marcelo Duarte Natali Oliveira Duarte. Visto do Advogado: Antonio Marcos Iaia Jr. – Advogado OAB/SP 274264. JUCESP – Registrado sob o NIRE 35.300.576.241 em 02/09/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

BRZ Brasília II (C) Investimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 35.121.721/0001-34 – NIRE 35.300.546.865
Ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 06.01.2022

Aos 06.01.2022 às 18hs, com totalidade. Mesa: Presidente: Nessim Daniel Sarfati. Secretária: Luis Carlos Martins Ferreira. Deliberações: O aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 2.275.689,20 (dois milhões, duzentos e setenta e cinco mil, seiscentos e oitenta e nove reais e vinte centavos), por meio da emissão de 22.756.892 (vinte e duas milhões, setecentas e cinquenta e seis mil, oitocentas e noventa e duas) novas ações, todas nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 0,10 (dez centavos de real) cada, das quais: (a) 22.700.000 (vinte e duas milhões e setecentas mil) são ações ordinárias; e (b) 56.892 (cinquenta e seis mil, oitocentas e noventa e duas) são ações preferenciais Classe A. Desta maneira, o capital social da Companhia passa de R\$ 194.357.363,40 (cento e noventa e quatro milhões, trezentos e cinquenta e sete mil, trezentos e sessenta e três reais e quarenta centavos) para R\$ 196.633.052,60 (cento e noventa e seis milhões, seiscentos e trinta e três mil e cinquenta e dois reais e sessenta centavos), dividido em 1.986.330.526 (um bilhão, novecentas e oitenta e seis milhões, trezentas e trinta mil, quinhentas e vinte e seis) ações nominativas e sem valor nominal, das quais: (a) 1.981.364.700 (um bilhão, novecentas e oitenta e um milhões, trezentas e sessenta e quatro mil e setecentas) são ações ordinárias; e (b) 4.965.826 (quatro milhões, novecentas e sessenta e cinco mil, oitocentas e vinte e seis) são ações preferenciais Classe A. As novas ações ora emitidas são, neste ato, totalmente subscritas e integralizadas, pelos acionistas Evenrock II RE Fund LP e Nessim Daniel Sarfati, conforme os boletins de subscrição anexos à presente Ata (Anexos I e II). Nada mais. JUCESP – Certifico o registro sob o nº 31.401/22-3 em 18/01/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Dólar cai 0,90% e fecha a R\$ 5,4165 com apetite estrangeiro por ativo locais



O dólar à vista emendou na sessão desta quinta-feira, 20, o segundo pregão seguido de queda firme, em meio a relatos de fluxo de recursos externos para a Bolsa brasileira e para a renda fixa local, além de desmonte de posições compradas em dólar futuro (que ganham com a alta da moeda) por parte de fundos estrangeiros na B3.

Em baixa desde a manhã, em linha com as demais divisas emergentes, na esteira de mais corte de juros na China, o dólar à vista acelerou

as perdas ao longo da tarde e chegou a romper o piso psicológico de R\$ 5,40, em sintonia com nova máxima da bolsa. Na mínima, a moeda tocou R\$ 5,3795 (menor valor intraday desde 4 de outubro), com operadores notando ordens de zeragem de posições.

A divisa até esboçava encerrar o dia abaixo de R\$ 5,40, mas reduziu a queda no fim do pregão, com a aceleração do índice DXY – que mede a variação do dólar frente a uma cesta de seis divisas fortes – para a casa dos 95,700 pontos, sobretudo por conta dos ganhos em relação ao euro.

No fim do dia, o dólar recuava 0,90%, a R\$ 5,4165 – menor valor de fechamento desde 11 de novembro (R\$ 5,4042). A queda acumulada nos últimos dois dias é de 2,65%. Graças ao tombo recente, a moeda agora registra perdas de 2,86% em janeiro. Ao lado do rand sul-africano, o real liderou nesta quinta o pelotão de ganhos de divisas emergentes em relação à moeda americana. Na B3, o dólar futuro para fevereiro recuou 0,39%, a R\$ 5,43350, com giro de US\$ 13,5 bilhões.

IstoÉDinheiro

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco:
comercial@datamercantil.com.br

Ou ligue para:
(11) 33618833

Negócios

C6 Bank é líder em ranking de reclamações de instituições financeiras



O C6 Bank lidera, pela segunda vez consecutiva, o ranking trimestral de reclamações entre as 15 maiores instituições brasileiras, de acordo com dados divulgados pelo BC nesta quinta (20). O C6 encerrou o quarto trimestre de 2021 com índice de reclamações de 106,22 e 1.444 registros procedentes.

O índice de reclamações é calculado com base no número de reclamações consideradas procedentes, dividido pelo número de clientes da instituição, multiplicado por 1.000.000. Na prática, quanto maior o índice, pior a classificação da instituição. O ranking é trimestral.

Em segundo lugar ficou o BMG (BMGB4), com índice de 67,87 e 618 reclamações

procedentes, e, em terceiro, o BTG Pactual (BPAC11)/Banco Pan (BPAN4), com 63,08 e 1.128 reclamações procedentes.

O resultado do quarto trimestre já reflete as mudanças divulgadas pelo BC nesta quinta-feira. Até a última divulgação, somente 10 entidades eram classificadas no ranking de maiores instituições. Agora, o BC ampliou para 15. Além disso, as instituições de pagamento passaram a compor o Ranking de Reclamações, antes restrito a bancos e financeiras.

Na lista com as 15 maiores instituições, o Inter (BIDI11) é a quarta instituição mais reclamada (índice de 53,90), seguida de Bradesco (BBDC4), com 25,30 e Santander (SANB11), com 24,58. Depois, aparecem Mercado

Crédito (7ª, com índice de 21,45), Original (8ª, índice de 17,70), Caixa (9ª, com índice de 17,66), PagBank-PagSeguro (10ª, com índice de 15,78), Banco do Brasil (BBAS3) em 11ª, com índice de 14,39 e Itaú (ITUB4) em 12ª, com índice de 12,76.

Fechando a lista, em 13ª, Votorantim (9,33), Nubank (NUBR33) com 5,26, em 14ª, e MidWay – Crédito, Financiamento e Investimentos, em último (2,63).

No ranking dos bancos, financeiras e instituições de pagamento menores, a liderança de reclamações no quarto trimestre de 2021 é de Parati Crédito (índice de 16.699,13). Em seguida aparecem Master (952,93) e Banco Digimais (444,90). A lista completa tem 28 instituições.

Bruno Galvão/Suno

O mundo comprou mais champanhe do que nunca no ano passado

As casas de champanhe estão com o mundo depois que as vendas e as exportações estabeleceram novos recordes no ano passado, mesmo quando os bloqueios de pandemia forçaram muitos bares e restaurantes a fechar.

O Comité Champagne, uma associação comercial que representa mais de 16.000 vicultores e 320 casas de champanhe, disse na quarta-feira (19) que a França exportou um recorde de 180 milhões de garrafas de espumante em 2021, um aumento de 38% em relação ao ano anterior.

As vendas globais de champanhe também atingiram um recorde de € 5,5 bilhões (US\$ 6,2 bilhões).

O Comité Champagne disse que as remessas totais aumentaram 32% em relação ao ano anterior, para 322 milhões de garrafas, pois as

pessoas encontraram motivos para comemorar em casa.

“Com o turismo e a realização de eventos ainda reduzidos devido à crise da saúde, há espaço para acreditar que o consumo doméstico recuperou a folga”, disse o grupo comercial em comunicado.

“Os consumidores optaram por se divertir em casa, compensando o clima geralmente sombrio com novos momentos de convívio e compartilhamento”, acrescentou.

Dados detalhados de exportação ainda não foram divulgados, mas em 2020, o Reino Unido e os Estados Unidos foram os principais mercados estrangeiros para champanhe.

O consumo de champanhe voltou aos níveis pré-pandemia no ano passado na França, com os embarques aumentando 25% para atingir quase 142 milhões de garrafas.

Anna Cooban/CNN



GS: Shopee cresce no Brasil e ameaça Mercado Livre e Magazine Luiza



A Shopee está se tornando a plataforma de compras mais baixada entre os brasileiros, o que vem resultando em rápidos ganhos de participação no País. A empresa asiática avança cada vez mais forte em relação à concorrência que inclui o Mercado Livre e Magazine Luiza.

É o que demonstra o Goldman Sachs: em relatório, o banco espera que a Shopee permaneça relevante neste ano, enquanto constrói sua presença e oferta de serviços no Brasil. Os analistas estimam que em 2021 a empresa de Singapura deve ter alcançado uma participação de um dígito no mercado de comércio eletrônico do Bra-

sil. A projeção é de que até 2025 essa participação pode aumentar para 20%.

“Para conseguir isso, acreditamos que o Shopee precisará desenvolver capacidades logísticas locais adicionais, bem como se basear em itens de marcas e ingressos mais altos”, explicou o relatório do Goldman Sachs.

Os downloads da Shopee são 2,5 vezes maiores do que os da Americanas (AMER3), o concorrente mais próximo, enquanto Magazine Luiza e Mercado Livre ficaram em terceiro e quarto lugar respectivamente.

As últimas notícias sugerem que a Shopee está construindo seu primeiro centro de distribuição no Brasil, na

região metropolitana de São Paulo. O tempo de envio tende a ficar entre cinco a 25 dias para pedidos de vendedores locais, o que se compara ao período de dois dias para cerca 75% dos pedidos do Mercado Livre.

Em julho do ano passado, a Shopee incluiu lojas oficiais em sua plataforma, como P&G, Unilever, Danone, Nestlé e Mondelez, com o objetivo de obter os melhores insights do consumidor. Mas essa lista fica ainda muito atrás de outras plataformas, por exemplo: o Mercado Livre tem lojas oficiais das marcas Apple, Samsung, Whirlpool, Electrolux, Adidas, Nike, MyShoes e Havaianas.

Poliana Santos/CNN